

RALED

VOL. 21(1) 2021



ARTÍCULO

Os discursos sobre gênero das deputadas ultraconservadoras bolsonaristas

*Discourses on gender held by far-right female
deputies supporting president Bolsonaro*

JANAINA NEGREIROS PERSSON

Universidade de Estocolmo

NILAS – Instituto Nórdico de Estudos Latino-americanos

Suécia

Recebido: 9 de fevereiro de 2021 | Aceito: 4 de setembro de 2021

DOI: 10.35956/v.21.n1.2021.p.104-126

RESUMO

Neste artigo, busco explorar, através da Análise Crítica do Discurso, como o termo gênero vem sendo usado na política brasileira, e em particular nos discursos das deputadas federais de ultradireita bolsonaristas, durante o período de 2019-2020. O meu objetivo é identificar quais ferramentas discursivas são utilizadas por essas deputadas para fazer a representação do outro (*outgroups*) e de si mesmas e de seus/suas pares (*ingroups*). Para isso, examino recursos linguísticos que ilustram a construção de argumentos através dos quais certos pontos de vista são legitimados ou deslegitimados. Proponho que o avanço da direita ultraconservadora na política brasileira e especialmente na bancada feminina, normaliza os discursos anti-gênero e contribui para o retrocesso dos direitos conquistados para as mulheres no Brasil.

PALAVRAS CHAVE: *Ultradireita. Bancada feminina. Deputadas bolsonaristas. Gênero. Feminismo. Brasil.*

RESUMEN

En este artículo, busco explorar, a través del Análisis Crítico del Discurso, cómo el término género está evolucionando en la política brasileña, centrándome en los discursos de las diputadas federales bolsonaristas de ultraderecha en el período 2019-2020. Mi objetivo es identificar qué herramientas discursivas utilizan estas diputadas para representar al otro/a (*ingroups*) y a sí mismas y a sus pares (*outgroups*). Para ello, estudio los recursos lingüísticos que me permiten investigar cómo se construyen argumentos a través de los cuales se (des)legitiman ciertos puntos de vista. Propongo que el avance de la derecha ultraconservadora en la política brasileña, y especialmente en la bancada femenina, normaliza los discursos antigénero y contribuye al retroceso de los derechos de las mujeres en Brasil.

PALABRAS CLAVE: *Ultraderecha. Bancada femenina. Diputadas bolsonaristas. Género. Feminismo. Brasil.*

ABSTRACT

In this article, I seek to explore, through Critical Discourse Analysis, how the term gender is evolving in Brazilian politics, with a focus on the speeches of the ultra-right female Federal Deputies in the period 2019-2020. My objective is to identify which discursive tools are used by these parliamentarians to represent the other (*outgroups*) and themselves or their colleagues (*ingroups*). To do this, I study linguistic resources that allow me to investigate the construction of arguments through which certain points of view are legitimized or delegitimized. I propose that the advance of the ultra-conservative right in Brazilian politics, and especially in the Women's caucus, normalizes anti-gender discourses and contributes to the retrogression of rights for women in Brazil.

KEYWORDS: *Ultra-right. Women's caucus. Bolsonaro's female deputies supporters. Gender. Feminism. Brazil.*

Introdução

Os discursos de deputados/as devem ser entendidos como uma forma de ação social (Giménez 1981) e não apenas uma maneira de legitimar ideias próprias ou de colegas de partido ou ainda do eleitorado. Muitas das discussões apresentadas em plenário ocorrem na forma de discursos. Portanto, ao estudar esses discursos, entendemos um aspecto valioso da ação parlamentar, que é “a construção de sentido sobre o mundo social” (Miguel, Biroli e Mariano 2017, 239). Os assuntos escolhidos pelos parlamentares são um reflexo da agenda do momento e ao mesmo tempo de suas prioridades e as de seus pares.

No Brasil, muitos/as parlamentares de partidos conservadores de direita, especialmente deputados/as governamentistas, lançam discursos anti-gênero, que eventualmente transformam-se em leis. No momento de escrever este artigo, há dezenas de projetos de lei anti-gênero pendentes no Congresso Nacional. Segundo um estudo realizado pela revista *AzMina* (2020)¹, um a cada quatro projetos sobre gênero do Congresso é desfavorável para o direito das mulheres. Este conhecimento é importante, já que pretendo contribuir à compreensão dos discursos e debates que dialogam com esses projetos de lei e que tomam forma a partir de falas de deputadas bolsonaristas, que em plenário, se manifestam negativamente sobre a noção de gênero e sobre os direitos já adquiridos para as mulheres.

Desde 1960, o vocábulo gênero se distingue como uma categoria social ou cultural e sexo como uma categoria biológica. Esta distinção tem servido como a estrutura básica para grande parte das teorias feministas e tem sido amplamente aceita (Moi 1999). A partir dos anos 80, o termo gênero começou a ser usado por intelectuais feministas para lidar com as relações entre os sexos, considerando as distinções entre o feminino e o masculino como fundamentalmente sociais. Esta perspectiva também se estenderia aos campos dos direitos humanos e à construção de normas e políticas internacionais (Biroli 2019).

O termo gênero foi reinterpretado inúmeras vezes por intelectuais feministas (i.e. Davis, 1982; Scott, 1995; Louro 1997; Butler, 2004; Preciado, 2011) e gerou debates sobre seus efeitos epistemológicos e políticos. Entretanto, nos discursos de conservadores, de um modo geral, o significado do termo mudou de forma muito mais substancial (Biroli 2019:78). No Brasil, a noção de gênero era usada para abordar, especialmente, a igualdade de salários entre homens e mulheres, a igualdade de direitos das mulheres e meninas, o empoderamento das mulheres e a luta para acabar com a violência contra as mulheres (Magalhães 2009). Recentemente, entretanto, esta noção vem sendo evocada com conotações fortemente negativas pela direita ultra-conservadora (Corrêa e Kalil 2020). Nos discursos de ultraconservadores, o conceito de gênero vem sendo associado à “ideologia de gênero”, que por sua vez, se transforma em sinônimo de sexualização de crianças, pedofilia, doutrinação esquerdista ou marxista e até anti-cristianismo (Junqueira 2017, 2018; Lionço et al. 2018).

Segundo Butler (2017), o ponto de inflexão de como gênero é entendido pela direita conservadora e ultraconservadora na América Latina, se deu com a publicação do livro “Ideologia de

1 <https://azmina.com.br/reportagens/1-a-cada-4-projetos-de-lei-sobre-direito-das-mulheres-no-congresso-sao-desfavoraveis/>. Acesso 14 de dezembro de 2020.

Gênero: Neototalitarismo e morte da família” (Scala, 2012). Neste livro, Scala argumenta que a “ideologia de gênero” é a “ideologia mais radical da história, pois, se imposta, destruiria o ser humano em seu núcleo mais íntimo e ao mesmo tempo acabaria com a sociedade” (Scala 2012, 11).

A análise dos discursos de deputadas bolsonaristas exploradas neste artigo, se estende do início de 2019 (quando se inicia a 56ª. legislação) até final de 2020. Estou interessada em explorar como essas parlamentares utilizam a noção feminista de gênero em seus discursos no Congresso e o modo como esses discursos dialogam com outros discursos políticos na sociedade brasileira. Daí a importância da noção de intertextualidade (Kristeva, [1966] 1986; Bakhtin, 1981), presente em todos os discursos, já que, ao falar, reconstruímos textos do passado, enfatizando-os e reciclando-os (Fairclough 1992: 102). Mais especificamente, o objetivo do estudo é explorar através da Análise Crítica do Discurso (a partir de agora ACD) (Fairclough 1995; Chilton and Schäffner 2002; van Dijk 1993, 2009 e Wodak 2001), quais são as ferramentas discursivas utilizadas pelas deputadas governamentistas para fazer a representação do outro (*outgroups*) e de si mesmas (*ingroups*) (van Dijk 1999) e assim construir ideologias. Para isso, examino recursos lingüísticos que ilustram a construção de argumentos através dos quais certos pontos de vista são (des)legitimados (van Leeuwen, 2008). Explorar esta temática a partir da perspectiva da análise do discurso ajuda-nos a entender como os significados são construídos ou re-significados para servir objetivos políticos. Este entendimento fornece informações sobre valores e crenças compartilhados e disputados por membros de uma sociedade.

As perguntas de pesquisa que me proponho a responder são: 1) que significados são atribuídos à noção de gênero pelas deputadas de ultradireita bolsonaristas?; 2) quais são as ferramentas linguísticas utilizadas por estas deputadas para construir argumentos que legitimam seu *ingroup* e deslegitimam o *outgroup*? e 3) quais discursos são silenciados e quais são evocados? Proponho neste estudo que o avanço da direita ultraconservadora na política brasileira normaliza os discursos de repúdio ao gênero, o que por sua vez, contribui a um recuo dos direitos conquistados pelas mulheres no Brasil.

Este artigo está organizado nas seguintes seções: 1) Breve histórico da bancada feminina, onde apresento uma síntese da história da bancada e de suas conquistas; 2) Marco teórico e metodológico, no qual apresento a abordagem discursiva que orienta a análise, além dos critérios de seleção do material; 3) Análise, no qual examino o material com base nas contribuições teóricas e metodológicas apresentadas na seção anterior e, Considerações finais.

1. Breve histórico da bancada feminina

Em 1985 o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) inicia uma campanha que mobiliza mulheres de todo o país. Seu objetivo era assegurar maior presença feminina no Congresso e garantir os direitos das mulheres na nova Constituição (Pitanguy 2008). Em 1987 se registra um salto de 8 a 26 deputadas federais eleitas (Brasil 2009). Neste mesmo ano, se instalou uma sessão Constituinte, elaborada com o objetivo de criar uma Constituição democrática após 21 anos de ditadura militar. É neste contexto em que a *Carta das Mulheres Brasileiras* é escrita por movimentos feministas e diversas associações de todo o país. Nesta carta se defendia a justiça social, a criação de um Sistema Único de Saúde, a reforma agrária

e questões relacionadas aos direitos das mulheres ao trabalho, à reprodução, à educação e ao combate à violência.²

As deputadas eleitas em 1987 eram representantes de diferentes ideologias partidárias e juntas se mobilizaram em torno da campanha *Constituinte pra valer tem que ter direitos das mulheres*, que tinha como objetivo principal fazer com que a Constituição garantisse a igualdade de direitos e obrigações entre homens e mulheres (Rezende e Ogando 2016). Esse grupo formado por deputadas feministas e ativistas do movimento de mulheres moldou a Constituição Cidadã de 1988 e ficou conhecido como o *lobby do batom*. Segundo Silva (2008: 1) o *lobby do batom* “foi um instrumento de participação jurídico-política que legou uma importante contribuição não apenas para as mulheres brasileiras, mas, sobretudo, para a sociedade na qual estas estão inseridas.”

Apesar de ter a sua atuação reconhecida desde a década de 1980, a criação da bancada feminina, como um coletivo organizado de mulheres parlamentares, só ocorreu em 1999.³ Nesta 56ª legislação, a bancada feminina é a maior da história do Legislativo brasileiro, contando com a participação das 77 deputadas eleitas, das quais 10 são do Partido Social Liberal (PSL - extrema-direita) e mais 24 deputadas pertencentes a partidos aliados ao governo.⁴

No momento da Constituinte em 1987, a bancada feminina foi parte integrante e central para os movimentos feministas brasileiros. Sua atuação serviu como garantia de direitos para as mulheres (Rezende e Ogando 2016). Na época se discutia com afinco temas relacionados aos direitos reprodutivos e à orientação sexual (Oliveira 2012). Entretanto, no período pós-constituinte, ainda que esses temas tenham sido debatidos, acabaram sendo pouco priorizados (Htun e Power, 2006). A partir do ano 2000, a atividade legislativa da bancada feminina se concentrou, sobretudo, em questões pouco controversas, como a violência contra a mulher, direitos trabalhistas, saúde e representação política (Rezende e Ogando 2016).

Em 2019, com a entrada de deputadas bolsonaristas no Congresso, pôde-se observar um processo de desarticulação dos discursos feministas e dos direitos conquistados pelas mulheres nos espaços onde a bancada feminina atua. As parlamentares ultraconservadoras a quem faço referência neste artigo são todas do partido de ultradireita PSL. Apesar de serem 10 deputadas, são apenas 4 as que durante o período estudado, se pronunciaram a respeito do termo gênero na Câmara: Aline Sleutjes, Caroline de Toni, Chris Tonietto e Bia Kicis. Estas parlamentares fazem parte, ao mesmo tempo, de outras bancadas conservadoras, como por exemplo a Bancada Evangélica (Bíblia). De fato, a combinação de bancadas BBB (Bíblia, Bala e Boi), que conta com a participação de 223 deputados/as vem sendo considerada responsável pelo retrocesso dos direitos das mulheres.⁵ De acor-

2 https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/a-constituente-e-as-mulheres/arquivos/Constituinte%201987-1988-Carta%20das%20Mulheres%20aos%20Constituintes.pdf. Acesso 22/11/2020

3 <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=510382> Acesso 23/11/2020.

4 Esses partidos são: DEM, PSDB, MDB, PR, PL, PSD e PTB. <https://congressoemfoco.uol.com.br/governo/exclusivo-os-12-partidos-que-formam-a-base-fiel-do-governo-na-camara/> e <https://radar.congressoemfoco.com.br/votacoes>. Acesso 9/1/2021

5 El País – disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2017/12/01/politica/1512148795_433241.html. Acesso 20/1/2021

do com o Centro Feminista de Estudos e Acessoria - CFEMEA (2019) também há no Congresso Nacional outros atores que atuam contra os direitos das mulheres: A Frente Parlamentar Mista contra o Aborto e em Defesa da Vida,⁶ com 206 participantes, cuja coordenadora é a deputada Chris Tonietto (PSL – extrema direita); a Frente Parlamentar Mista Católica Apostólica Romana,⁷ com 216 membros, cujo coordenado é Francisco Jr. (PSD – centro) e a Frente Parlamentar em Defesa da Vida e da Família,⁸ com 219 integrantes, cujo coordenador é Alan Rick (DEM – centro).

Na próxima seção, voltamos nosso foco para o marco teórico e metodológico utilizado nesse artigo: Análise Crítica do Discurso e o modo de representação de atores sociais.

2. Marco teórico e metodológico

A Análise Crítica do Discurso é “um tipo de investigação analítica do discurso que estuda principalmente a forma como o abuso do poder, o domínio e a desigualdade são representados, reproduzidos e combatidos por textos orais e escritos no contexto social e político” (van Dijk 2001:352). Há um consenso geral de que a ACD deve ser vista como uma abordagem que inclui diferentes perspectivas teóricas e metodológicas e não como um método único (i.e. Fairclough, 1995; van Dijk 2009 e Wodak 2001). Com base neste fundamento, a metodologia deste estudo baseia-se num quadro teórico multidisciplinar relativo ao discurso, à sociedade e aos conhecimentos sociais, tais como crenças, valores e ideologias.

As noções conceituais de discurso, ideologia e poder são essenciais para a ACD. O discurso se dá através de um processo circular e é aqui entendido como uma prática social ou uma relação dialética entre atores sociais e realidades sociais (Fairclough 1992). Os discursos analisados neste artigo se dão na esfera pública e fazem parte do âmbito dos discursos políticos, onde não só os políticos participam na comunicação, mas também os eleitores e outros atores sociais (van Dijk 1997). Em uma arena parlamentar, questões políticas, ideologias e práticas discursivas são construídas e legitimadas (Dörner e Vogt 1995). Os discursos políticos são portanto uma forma de ação social e como Giménez (1981, 126-127) sugere “não se destina tanto a ‘convencer’ o adversário, como a retórica tradicional implica, mas a reconhecer, distinguir e confirmar apoiadores e atrair os indecisos.”

A noção de ideologia é aqui entendida como “modelos conceituais básicos de cognições sociais, partilhados por membros de grupos sociais, constituídos por seleções relevantes de valores socioculturais e organizados segundo um esquema ideológico representativo de autodefesa de um grupo” (van Dijk 1997: 145). Além de sustentar os interesses dos grupos, as ideologias têm a função cognitiva de organizar as representações sociais (atitudes, conhecimentos) do grupo, e assim monitorizar indiretamente as práticas sociais relacionadas com o grupo (van Dijk 1995: 248).

6 <https://www.camara.leg.br/internet/deputado/frenteDetalhe.asp?id=54150>. Acesso 9/2/2021

7 <https://www.camara.leg.br/internet/deputado/frenteDetalhe.asp?id=54077>. Acesso 20/10/2020

8 <https://www.camara.leg.br/internet/deputado/frenteDetalhe.asp?id=53466>. Acesso 9/2/2021

A noção de poder está associada às relações de diferença e particularmente aos efeitos das diferenças nas estruturas sociais: quem tem a palavra, quem a controla, quem define o que é bom ou mau (Wodak 1989, 2001). Como Wodak (1989, xV) sugere, “A língua só ganha poder na mão dos poderosos; a língua não é poderosa *per se*”. A forma como as relações de poder são exercidas e negociadas através do texto ou de uma interação são muito importantes para a ACD, que investiga, por exemplo, como se dão essas relações nos discursos e como os interesses dos interagentes são defendidos e legitimados.

Esta forma de compreender ideologia e poder nos permite aprofundar em uma análise crítica do discurso que explora o modo como as ideologias podem ser expressadas de forma mais sistemática.

Adicionalmente e a fim de ampliar o escopo da análise, incluímos a noção de intertextualidade (Kristeva [1966] 1986; Bakhtin 1981 e Fairclough 1992a, 1992b). Este conceito revela quais textos são evocados pelas oradoras no contexto dos discursos parlamentares, para que a partir daí se possa estabelecer parâmetros mais abrangentes de conexões entre o social e a pluralidade de discursos que podem surgir do contexto analisado. O conceito de intertextualidade, desenvolvido por Kristeva ([1966] 1986), implica a conexão intrínseca entre a história inserida no texto e o texto inserido na história. Igualmente, este conceito propõe que nenhuma declaração é nova, mas sempre dialoga com outras declarações, formando-as e reformulando-as.

Para fazer a análise crítica do discurso, precisamos estar conscientes das propriedades do discurso que exprimem opiniões, perspectivas, posições, ou qualquer outro recurso discursivo que represente um conflito de interesses articulado com uma dimensão de nós (*ingroups*) contra eles (*outgroups*) (van Dijk 1995: 22). A polarização entre *ingroups* e *outgroups* caracteriza as representações sociais compartilhadas e as suas ideologias subjacentes (van Dijk 1998). A auto-apresentação positiva do grupo dominante e a apresentação negativa dos grupos dominados pode ser encontrada em todos os níveis e estruturas de textos e falas, por exemplo em tópicos contrastivos, significados locais, formas sintáticas, lexicalização, metáfora e hipérbole (van Dijk 1993, 1998). Além destas estratégias discursivas gerais, há também outras dimensões analíticas importantes a serem mencionadas:

Estratégias semânticas:

O significado do discurso depende das crenças e das ideologias subjacentes dos oradores. As estratégias semânticas utilizadas para representar o *in-* e o *outgroup* devem ser enfatizadas. Assim, será comum que se enfatize coisas positivas sobre o *ingroup* e negativas sobre o *outgroup*. Do mesmo modo, se tirará a importância das coisas negativas do *ingroup* e as positivas do *outgroup* (van Dijk 2000).

Descrição de atores sociais:

A representação de atores sociais (van Leeuwen 1996) foi incorporada neste trabalho e pode ajudar-nos a ver as estratégias utilizadas pelas deputadas para fazer a representação de *in-* e *outgroups*. As categorias fundamentais são a exclusão e a inclusão, dentro das quais outras subcategorias podem tomar forma. Por exemplo, o tema do aborto pode ser incluído ou excluído do debate sobre igualdade de gênero, pode ser representado em termos específicos ou mais gerais, descrito de maneira positiva ou negativa (Van Leeuwen 1996).

Des (legitimação):

O conceito de (des)legitimação (van Leeuwen 2008, 105-106) contribui para explicar como os atores políticos constroem estratégias para reforçar seus discursos. As duas categorias de (des)legitimação sugeridas por van Leeuwen relevantes para este estudo são: autorização, ou seja, a legitimação por referência à autoridade da tradição, costumes, direito e/ou pessoas a quem a autoridade institucional de algum tipo é investida; e avaliação moral, que é a legitimação por referência a sistemas de valores.

Estruturas argumentativas:

O objetivo da argumentação é resolver uma diferença de opinião “por meio da exploração da justificativa relativa de pontos de vista concorrentes” (van Eemeren et al. 1987, 218). A argumentação tem um papel funcional nos discursos políticos, uma vez que estes são conduzidos entre partidos que não raramente estão em oposição. Os argumentos e as diversas estratégias de apoio pressupõem o compartilhamento de conhecimentos socioculturais, crenças e atitudes sobre “eu” e o “outro” (van Dijk 1997, 42).

Argumentos contrafatuais:

Recursos argumentativos baseados em situações imaginárias, normalmente construídos com o propósito de melhor prever as conseqüências negativas esperadas e que são usados para persuadir o público da necessidade de medidas políticas específicas. Os argumentos contrafatuais são frequentemente formulados em frases como: ‘se . . . então . . .’ (van der Valk 2003, 320).

As dimensões discursivo-analíticas que nos ajudam a compreender os dados analisados serão categorizadas em conjunto com a apresentação dos excertos retirados dos discursos das parlamentares. Vejamos em 2.1 quais foram os critérios para a busca do material.

2.1 Critérios para a busca de material de pesquisa

O material analisado neste artigo tem origem no site aberto da Câmara dos Deputados,⁹ onde encontrei os discursos taquigráficos das parlamentares. Escolhi delimitar este trabalho entre o período janeiro de 2019 até dezembro de 2020, já que me interessa analisar os discursos de gênero iterados na Câmara dos deputados desde a ascensão da direita ultraconservadora radical na política brasileira, após as eleições de 2018.

O critério de busca do material foi guiado principalmente pela palavra-chave gênero, evocada em discursos pelas parlamentares bolsonaristas. No período estudado, foram 4 as deputadas que abordaram essa questão e foram encontrados 23 discursos, sendo 13 em 2019 e 10 em 2020. A partir desta pesquisa, revisei todos os textos em busca dos principais tópicos abordados. Constatei que os subtemas mais frequentes eram “ideologia de gênero”, direitos reprodutivos das mulheres ou questões relacionadas ao aborto e educação infantil e escola. Finalmente, selecionei os exemplos representativos dos discursos em que as parlamentares iteram a noção de gênero e seus derivados, concentrando-me na representação que fazem dos atores sociais e suas ações.

3. Análise

De um modo geral, a noção de gênero é equiparada a algo nocivo, que as deputadas governamentistas denominam “ideologia de gênero”. Negreiros Persson (2020) afirma que enquanto os/as deputados/as ultraconservadores/as de direita igualam o termo gênero à noção negativa de “ideologia de

9 <http://www2.camara.leg.br/>. Acesso 2/7/2020.

gênero”, os/as deputados/as de esquerda e centro esquerda evocam a noção de gênero estendendo o termo à igualdade de gênero, ao empoderamento das mulheres e aos direitos das minorias LGBT+. Negreiros Persson (2020) ilustra que o conceito de igualdade de gênero é mencionado muitas vezes e sempre de modo positivo pela maioria dos/as parlamentares, independentemente do espectro ideológico. Nos discursos aqui analisados, o termo igualdade de gênero foi evocado uma só vez e, com exceção deste caso, há um silêncio ou um vazio discursivo com relação a esta noção.

Os exemplos são apresentados em ordem cronológica, a partir das primeiras menções da palavra “gênero” no início de 2019 até o final de 2020. No que segue, apresento o exemplo (1), extraído de um discurso de Bia Kicis, no qual a deputada pede o apoio de seus colegas para que aprovem o projeto de lei Escola sem Partido (PL 246/2019).¹⁰ Este projeto tem correlação com a organização civil “Movimento Escola Sem Partido” (MESP), que dissemina a ideia de que o sistema escolar está repleto de “professores doutrinários”, que abusam de seu poder para “ideologizar”(sic) crianças, além de desrespeitar a educação moral e religiosa das famílias (Ramos e dos Santos Santoro 2017). De acordo com Miguel (2016), a ideia inicial do movimento estava centrada no medo da doutrinação marxista. Este medo, segundo o autor, vem de uma interpretação fantasiosa da obra do filósofo e teórico marxista Antonio Gramsci. Tal interpretação atribui a Gramsci a criação de um plano que visa a vitória do comunismo no mundo, através do controle da mente das pessoas. Este “controle da mente” ou o chamado “marxismo cultural” aconteceria em diferentes ambientes da sociedade e a escola seria apenas um deles.¹¹ O projeto de lei Escola sem Partido serviria então a função de concretizar a tão almejada reconstrução de valores morais e cristãos na sociedade brasileira. Vejamos o exemplo:

- (1) [...] É com profunda tristeza que tenho acompanhado hoje professores, que na verdade merecem muito mais o título de molestadores de crianças, invadirem o espaço da sala de aula, que deveria ser um local seguro, onde os nossos filhos, os nossos netos, os nossos sobrinhos pudessem receber uma formação que lhes possibilitasse, mais tarde, adentrarem o mercado de trabalho e serem pessoas úteis para a sociedade, pessoas com valores que permitam que novas famílias sejam criadas e que o nosso País seja uma nação. Nós assistimos com muita tristeza a essas crianças sendo doutrinadas, inclusive sendo iniciadas precocemente na chamada ideologia de gênero e sendo sexualizadas.¹² (Sessão do dia 7/2/2019)

10 A primeira proposta (PL 7180/2014) foi um projeto de lei fundado em 2004 pelo advogado Miguel Nagib (arquivado desde 31/1/2019). Este PL, bem como o atual (246/2019) exigia uma posição neutra dos professores diante de um possível processo de doutrinação ideológica da esquerda. Menções como “gênero”, “ideologia de gênero” ou “preferência política ou partidária” não poderiam ser abordadas pelos professores ou aparecer nos materiais didáticos. Críticos a esse projeto chamam a proposta de “lei da mordaca”. <https://actualidad.rt.com/actualidad/304636-brasil-ley-escuela-vetar-sexologia-politica>. Até o momento em que escrevo, tal projeto não foi aprovado.

11 O conceito “marxismo cultural” chegou ao Brasil importado dos Estados Unidos e foi disseminado pelo chamado “guru” dos bolsonaristas, Olavo de Carvalho (2013).

12 Câmara dos deputados – Discurso do dia 7/2/2019. Acesso 10/11/2020.

TABELA 1

Categorias de análise do exemplo 1

Tópico	Professores que doutrinam, molestam e sexualizam crianças através da ideologia de gênero
Legitimação	Por <i>avaliação moral</i> a partir de sistemas de valores familiares, patriarcais e misóginos
Representação social do grupo externo	Professor como molestador de crianças, doutrinador - dá conotação sexual ao conteúdo
Representação social do grupo interno	Os nossos filhos, os nossos netos, os nossos sobrinhos (<i>inclusão por personalização</i> , van Leeuwen 1996); nosso país – a locutora fala sobre a família e a nação, ou seja, atores sociais que seu grupo interno quer proteger
Modalizadores	Deveria ser; pudessem receber; possibilitasse - expressam um desejo da locutora de que a escola venha a ser esse lugar seguro.
Estrutura sintática	- É com profunda tristeza (eu) - Nós assistimos com muita tristeza (nós coletivo) contras eles
Estratégia discursiva	<i>Pânico moral como estratégia retórica</i>

Neste fragmento, pode-se observar o uso do pânico moral como estratégia retórica, capaz de elevar o status do *ingroup*, ao mesmo tempo em que diminui o status do *outgroup*. A lógica desta estratégia no caso apresentado (1) é estigmatizar o adversário, apresentando-o como “molestador de crianças” ou alguém que “sexualiza crianças” através da “ideologia de gênero”. Se este for o caso, será mais fácil mobilizar a sociedade, sem a necessidade de apresentar provas capazes de verificar a hipótese argumentada. Junqueira (2018, 461) afirma que, uma vez criada uma situação de pânico moral, pode ser suficiente “manter o ataque alarmista, aliando-o a um discurso vago e impreciso em defesa de algo supostamente incontestável, como a vida e o bem-estar das crianças.” O importante para os instigadores do pânico moral é que as ideias propagadas ganhem apoio e convicção suficientes para serem compreendidas dentro do contexto social no qual são instituídas. “Aqui, o objeto é construído e se evidencia pelo discurso que o denuncia” (Junqueira 2018, 461).

O próximo exemplo (2), extraído de outro discurso de Bia Kicis, tem como foco o assassinato de um menino de 9 anos, cometido pela mãe e sua companheira. Nesse discurso, a deputada enfatiza que a grande mídia não escreveu sobre o crime porque as assassinas são “lésbicas” e que se elas fossem heterossexuais, certamente teria havido mais cobertura da mídia. Na fala da deputada, esse foi um crime “intrinsecamente relacionado à ideologia de gênero”. A congressista declara que a criança é “vítima de uma sociedade doente”, que prefere dar mais destaque ao assassinato da vereadora Marielle Francisco da Silva, do que ao menino. Kicis se referia ao fato de que Marielle, que era homossexual e de esquerda, recebeu mais atenção na grande mídia do que o garoto, que foi morto por sua mãe e sua parceira.

O trecho do discurso que merece especial atenção é o rechaço ao termo empoderamento da mulher. Segundo Negreiros Persson (2020) até 2018 não havia no Congresso deputados/a que se pronunciassem contra o empoderamento das mulheres. Isso faz de Bia Kicis a primeira parlamentar a fazê-lo:

(2) [...] Será, mesmo, que a ideologia de gênero não representa um risco palpável à humanidade? Podemos fingir que nada está acontecendo e ficarmos inertes diante de ações tão orquestradas em prol dessa “colonização ideológica” que está em curso? Não somos devedores de um grito de defesa aos Antônios, Pedros, Josés e tantas outras vítimas anônimas do famigerado empoderamento feminino, conceito doentio que monstros distorcidos, como as assassinas de Rhuan, usam para justificar seus desígnios nocivos?¹³ [...] (Sessão do dia 12/6/2019)

TABELA 2

Categorias de análise do exemplo 2

Tópico	Ideologia de gênero como ameaça, risco à humanidade e colonização ideológica
Legitimação	Por <i>avaliação moral</i> a partir de sistemas de valores familiares, patriarcais e misóginos
Representação social do grupo externo	Colonizadores ideológicos de gênero; empoderamento feminino como conceito doentio; monstros distorcidos, desígnios nocivos
Representação social do grupo interno	Antônios, Pedros, Josés e tantas outras vítimas (<i>inclusão por personalização - indeterminação</i> , van Leeuwen 1996); Rhuan (<i>inclusão por personalização - identificação</i> , van Leeuwen 1996) - expressa o desejo da deputada de defender não somente ao menino identificado como Rhuan, como também a todos os meninos, vítimas das “ideólogas do gênero”
Modalizadores	... que <i>está</i> (em curso) – a deputada faz a avaliação da “colonização da ideologia de gênero” como algo real e evidente.
Estrutura sintática	Podemos fingir (nós coletivo – grupo interno: eleitores, conservadores, governamentistas) contra eles (a esquerda, as feministas)
Estratégia discursiva	<i>Perguntas retóricas</i> : será, mesmo...? podemos fingir?; <i>argumentação contrafactual e polarização</i>

Kicis utiliza um recurso argumentativo contrafactual (van der Valk 2003), baseando-se em uma situação imaginária, onde a “ideologia de gênero” representaria “um risco palpável à humanidade”, já que “orquestra ações” em prol “de uma colonização ideológica”. Seu objetivo é prever as consequências negativas que este ‘mal’ poderia causar à sociedade, e a partir daí tentar persuadir o ouvinte da necessidade de medidas políticas específicas. O *outgroup* torna-se um grupo inferior, que não se enquadra nas normas da sociedade brasileira e, portanto, deve ser desarticulado ou banido. O *ingroup* é aquele que defende às vítimas do “famigerado empoderamento feminino” e devolve a normalidade ao país.

No que segue, apresento o trecho de um discurso da deputada Caroline de Toni, que em uma sessão parlamentar vota a favor do Projeto de Lei (PL 8702/17), que permite à trabalhadora adiar a licença-maternidade se o/a recém-nascido/a tiver que continuar no hospital por alguma enfermidade.¹⁴

13 Câmara dos deputados - Discurso do dia 12/6/2019. Acesso 4/11/2020.

14 O objetivo do projeto é que a mãe não seja prejudicada com uma licença maternidade menor, caso tenha que cuidar de seu bebê hospitalizado.

Neste discurso, a deputada apresenta seu *ingroup* como um ator que se preocupa com os direitos das mulheres, porém somente quando esses direitos ressaltam o papel da mulher como mãe. Zimberg (2018: 31) afirma que nos discursos antifeministas é comum o “forte apelo à designação do papel maternal como um dever primordial de toda mulher”. Também é interessante ressaltar que a deputada defende a ideia de que o governo Bolsonaro apoia pautas femininas sem ter que levar o rótulo de feminista. Vejamos o exemplo:

- (3) O PSL e o Governo apoiam as mulheres e as pautas femininas. Não precisamos ser feministas para apoiar essas pautas, desde que ressaltem a proximidade da mãe com a criança. Então, pelo governo, votamos “sim”.¹⁵ (Sessão do dia 27/03/2019)

TABELA 3

Categorias de análise do exemplo 3

Tópico	Governo como apoiador de pautas femininas
Legitimação	Por <i>avaliação moral</i> a partir de sistemas de valores familiares e normativos - ressalta o papel da mulher como mãe.
Representação social do grupo externo	Feministas – expressa o distanciamento do governo com relação às feministas
Representação social do grupo interno	PSL e Governo como defensor das mulheres em seus papéis normativos de mães
Estrutura sintática	Não precisamos ser (nós coletivo – governo e partido PSL)
Estratégia discursiva	<i>Polarização</i> entre o feminino e o feminismo

A construção discursiva que apresenta o governo Bolsonaro como defensor de pautas femininas se vê também no exemplo abaixo (4) e se assemelha aos achados em um estudo realizado por Inocêncio e Galetti (2020), onde os autores afirmam que o recorte discursivo utilizado por grupos pró-Bolsonaro é de que o governo não se posiciona contra as mulheres e sim contra as mulheres feministas, que questionam os valores da família tradicional brasileira.

Em uma sessão em homenagem ao Dia Internacional da Mulher, a deputada Aline Sleutjes, mencionou a noção de igualdade de gênero para referir-se às lutas das mulheres. Em seu discurso, a parlamentar fez uma síntese de registros históricos, começando em 1909 quando as mulheres marchavam em Nova York por melhores condições laborais. Logo, a deputada falou brevemente sobre a Constituição Cidadã de 1988, escolhendo não atribuir as conquistas dos direitos das mulheres ao então chamado *lobby do batom*, utilizando deste modo, um recurso de exclusão (van Leeuwen 1996). Um ator abstrato “Brasil”, foi o responsável pelas conquistas de direitos igualitários para as mulheres e, não um grupo de mulheres feministas.

15 Câmara dos deputados Notícias – 27/3/2019. Acesso 1/12/2020.

Sloutjes utiliza, entretanto, um recurso de inclusão (van Leeuwen 1996) do governo Bolsonaro, como ator responsável por ações que garantem os direitos das mulheres:

(4) As demais Constituições pouco avançaram em relação ao reconhecimento dos direitos das mulheres, foi na chamada Constituição Cidadã que o Brasil alçou as mulheres às mesmas condições que os homens, conferindo a elas igualdade perante a lei [...] Se o passado não nos foi tão alentador e tão feliz, hoje nós temos um presente e um futuro que estão desenhando uma nova realidade e que nos reservam uma igualdade de direitos. [...] Nesse sentido, hoje sob a batuta do nosso Presidente Bolsonaro, a orquestra afinada com seus Ministérios tem levado a efeito inúmeras ações de proteção e garantia do direito das mulheres [...] (Sessão do dia 12/03/2020).

TABELA 4

Categorias de análise do exemplo 4

Tópico	O governo Bolsonaro como garante do direito das mulheres
Legitimação	Por <i>autorização</i> – governo eleito democraticamente e que atua como agente de ações favoráveis aos direito das mulheres
Representação social do grupo interno	Orquestra afinada com seus ministérios; agente ativo de ações positivas para as mulheres
Modalizadores	Tem levado a efeito (alto grau de julgamento)
Estrutura sintática	Nós (temos um presente e um futuro) (nós coletivo – todas as mulheres)
Estratégia discursiva	<i>Polarização</i> entre governos anteriores e o governo atual

É comum que as parlamentares de extrema direita apresentem o governo atual como um ator engajado nas pautas dos direitos igualitários e o próprio presidente Bolsonaro como a figura do homem que protege as mulheres. Kalil (2019)¹⁶ afirma que essas mulheres seriam porta-vozes do imaginário feminino do homem forte que assegura a proteção do “sexo frágil”.

Outra deputada a elevar o *status* do presidente Bolsonaro como homem forte e capaz de proteger o Brasil de qualquer tipo de perigo é a deputada Chris Tonietto. No exemplo (5), a parlamentar faz um discurso inflamado onde apresenta o presidente como um escolhido de Deus, para livrar o Brasil das velhas amarras ideológicas. O exemplo abaixo foi extraído de uma sessão legislativa ordinária do dia 13/2/2020, quando Tonietto sobe ao plenário com o objetivo de defender a Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves, muito criticada¹⁷ por sua campanha “Tudo Tem

16 Universa – 25/7/2019 Disponível em <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2019/07/25/politicas-de-direita-criam-imagem-de-bolsonaro-protetor-diz-pesquisadora.htm>. Acesso 10/12/2020.

17 Folha de São Paulo “Sem citar preservativos, campanha contra gravidez na adolescência prega reflexão.” Acesso 3/12/2020.

seu Tempo: Adolescência primeiro, gravidez depois”.¹⁸ O discurso de Tonietto sintetiza de forma nítida seu modo de pensar e de atuar na Câmara de deputados/as. Por esta razão, escolhi fazer uma análise mais detalhada dessa fala. Os próximos exemplos (5, 6 e 7) são todos extraídos do mesmo discurso:

(5) [...] Hoje, nós temos o Presidente Bolsonaro, que é o nosso capitão - estamos sob o comando dele e, obviamente, sob a direção de Deus, porque de fato ele foi um instrumento levantado por Deus, e temos a chance de reverter esse cenário, temos a chance de resgatar essas pautas que são fundamentais para o povo brasileiro, pautas em defesa da vida, em defesa da família, em defesa dos valores, contra a corrupção, combatendo o bom combate, combatendo a criminalidade em todas as suas esferas. Somos hoje um povo diferente. Estamos buscando um novo Brasil. Queremos um novo Brasil. Eu tenho 28 anos, sou jovem e estou aqui militando por esse novo Brasil, sendo uma soldada do Presidente Bolsonaro e, antes de tudo, sendo uma soldada de Cristo, porque é isso que nós somos. Nós somos esta Nação. Temos chance de nos tornar uma grande Nação, uma Nação que não tem medo de bradar em defesa da vida, de valorizar esses pequeninos, esses bebês no ventre materno [...] (Sessão do dia 13/02/2020)

TABELA 5

Categorias de análise do exemplo 5

Tópico	Bolsonaro capitão e escolhido por Deus, Brasil como uma nova nação com valores morais e cristãos
Legitimação	Por <i>avaliação moral</i> a partir de sistemas de valores familiares e patriarcais
Representação social do grupo interno	Defensores da vida, da família, dos valores, contra a corrupção e a criminalidade
Modalizadores	<i>De fato</i> - expressa a certeza da oradora de que Bolsonaro é o escolhido de Deus para “comandar” o Brasil
Estrutura sintática	Nós temos o Presidente Bolsonaro, temos a chance, estamos buscando, queremos um novo Brasil, nós somos esta nação (<i>coletivo</i> – todo o povo brasileiro) Eu tenho, sou jovem, estou militando, sendo uma soldada de Bolsonaro, soldada de Cristo (<i>eu</i> – a deputada)
Estratégia discursiva	<i>Polarização</i> entre o Brasil anterior ao governo Bolsonaro e o Brasil atual sob seu governo; <i>metáfora de guerra</i>

Segundo Wodak (2019: 27) “os/as políticos/as de extrema-direita trabalham para criar uma imagem de si mesmos como “os verdadeiros representantes do povo” em contraste com “as classes políticas não confiáveis”, percebidas por eles/elas como tendo fracassado.” Essa estratégia de polarização é uma das mais utilizadas em discursos entre um *ingroup* e um *outgroup*. Outra estratégia comumente usada é a metáfora, que segundo Koller (2005), desempenha um papel importante na construção

18 saude.governo.br – “Prevenção da gravidez na adolescência.”. Acesso 15/12/2020.

de realidades sociais. Como se pôde observar, Tonietto utiliza metáforas de guerra, que elevam o presidente ao *status* de um capitão que comanda a nação brasileira sob a direção de Deus. Dentro desta lógica, seu *ingroup* estaria salvando o Brasil dos ataques sofridos à família, à vida e aos valores cristãos. Van Dijk (2001) sustenta que poucas figuras semânticas-retóricas são tão persuasivas quanto as metáforas, já que os significados abstratos podem tornar-se mais familiares e concretos. Dado que as metáforas criam formas de entender o mundo, os grupos dominantes podem fazer de suas metáforas as que prevalecem. Quando a cognição individual se transforma em cognição social, as pessoas começam a confiar em metáforas inconscientemente e as metáforas tornam-se parte do que elas acreditam e não podem ser facilmente combatidas (Lakoff e Turner, 2009).

Na fala da deputada também pode-se ver o discurso anti-aborto e em defesa da vida. Tonietto é contra o aborto em qualquer circunstância e é a autora do projeto de lei (PL 2893/2019),¹⁹ que quer revogar no Código Penal, as permissões existentes para a prática do aborto em caso de estupro.²⁰ Apesar de nunca ter havido acordo entre as parlamentares da bancada feminina sobre os direitos de reprodução da mulher, a expressão de posições favoráveis na Câmara sempre esteve presente com maior frequência entre as mulheres (Miguel et al. 2017). Desde 2000, porém, a ofensiva de parlamentares católicas e evangélicas contra o aborto vem se tornando cada vez mais ampla. Miguel et al. (20017) afirmam que na atualidade, são os/as conservadores/as que pautam o debate em torno à descriminalização do aborto, restando à oposição simplesmente reagir para barrar os retrocessos em curso.

Podemos ver no exemplo 6, como a deputada Tonietto utiliza uma *estratégia de rotulação* (Garbagnoli 2014), que exerce a função de denigrir a imagem de “feministas”:

- (6) É impressionante, Presidente, que neste tempo ainda temos feministas que dizem lutar... Dizem, não é? “Ah, meu corpo, minhas regras!” Porém, o que elas fazem? Elas objetificam o corpo da própria mulher.

TABELA 6

Categorias de análise do exemplo 6

Tópico	Feministas como objetificadoras do corpo da mulher
Legitimação	Por <i>avaliação moral</i> a partir de sistemas de valores familiares e normativos.
Representação social do grupo externo	Feministas como nocivas às mulheres
Estratégia discursiva	<i>Rotulação do outro</i>

19 PL 2893/2019 - https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1747959&filename=PL+2893/2019. Acesso 6/12/2020.

20 A respeito, conferir Miguel, Biroli e Mariano (2017), que juntos investigaram como se deu o debate sobre aborto na Câmara dos Deputados brasileira, analisando a totalidade dos discursos pronunciados em plenário durante um período de 24 anos, que vai da 49ª à 54ª legislaturas (de fevereiro de 1991 até janeiro de 2015).

A deputada quer desacreditar a demanda de movimentos feministas, que enfatizam que sem o controle sobre a reprodução, as mulheres dificilmente poderão atuar profissionalmente de maneira igualitária com os homens (Sanchez 2017). Recordemos que esse tipo de demanda já estava presente na *Carta das mulheres brasileiras* enviada em 1987 aos parlamentares. Neste texto se exigia garantias no campo dos direitos sexuais e reprodutivos, entretanto, tais objetivos não foram alcançados, devido a resistência oferecida por muitos constituintes.²¹

Em um levantamento realizado pela revista *AzMina*, Tonietto foi classificada como a última colocada entre os/as parlamentares atuantes nos temas de gênero.²² A deputada agradeceu tal classificação com uma postagem em seu Twitter: “Meus mais sinceros agradecimentos à revista feminista “*AzMina*” por me classificar como a ÚLTIMA colocada entre os parlamentares atuantes nos “temas de gênero”! [...] O feminismo é tosco em todos os sentidos, do estético ao moral e espiritual.”²³

A rejeição de mulheres ao feminismo não é algo novo, que surge com o avanço recente de ultraconservadores no poder. Schreiber (2012) afirma que nos Estados Unidos, por exemplo, o movimento antifeminista se iniciou juntamente com o surgimento dos movimentos sufragistas em 1868. As antifeministas nessa época eram em sua maioria brancas, conservadoras, casadas com homens conceituados na indústria e/ou na política. Essas mulheres alegavam que o sufrágio poderia atrapalhar os privilégios do *status* feminino, além de sobrecarregar as mulheres com tarefas que as impediriam de cumprir com suas obrigações domésticas ou com suas funções femininas tradicionais. No Brasil atual, Duarte (2003: 151) afirma que:

a reação desencadeada pelo antifeminismo foi tão forte e competente, que não só promoveu um desgaste semântico da palavra, como transformou a imagem da feminista em sinônimo de mulher mal amada, machona, feia e, a gota d’água, o oposto de “feminina”.

Assim, por receio de serem rejeitadas, as mulheres brasileiras de um modo geral, passaram a recusar o título de feministas (Duarte 2003).

No exemplo (7), vemos como a deputada Tonietto defende a campanha da ministra Damares Alves e evoca a teoria da conspiração do “marxismo cultural”, reforçando assim, a polarização entre o governo atual e os anteriores de esquerda. Vejamos o exemplo:

(7) [...] É necessário que nós resgatemos os valores da juventude. E o Ministério da Damares tem se proposto a olhar para a juventude da forma como ela é e não de maneira a considerá-la somente por aquilo que os jovens podem produzir. Durante tanto tempo de desgoverno, olhava-se para os jovens como se eles fossem apenas militantes, como se fossem apenas massa de manobra. [...].

21 Agência Senado: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/03/06/lobby-do-batom-marco-historico-no-combate-a-discriminacoes>. Acesso 10/10/2020.

22 Revista *AzMina* - <https://azmina.com.br/reportagens/psol-pv-pcdob-e-pt-sao-os-partidos-mais-aliados-das-mulheres-no-congresso-revela-ranking/>. Acesso 14/12/2020.

23 Twitter: Chris Tonietto - <https://twitter.com/toniettochris/status/1270874134373961729> Acesso 10/11/2020.

Eu louvo, sim, a campanha Tudo tem seu Tempo. É necessário que olhemos, sim, para o corpo como um templo do Espírito Santo. [...] O jovem não pode ser encarado como objeto. O jovem tem muito a contribuir com o nosso País, com o progresso da nossa Nação. Graças a Deus, temos um Ministério comprometido com essas pautas. Nós estamos num Governo, o Governo do Presidente Bolsonaro, que também é comprometido com os valores da Nação brasileira, valores esses que são, sim, por excelência, morais, cristãos. (Sessão do dia 13/02/2020)

TABELA 7

Categorias de análise do exemplo 7

Tópico	Ministério da Damares e governo Bolsonaro e o comprometimento com os valores morais e cristãos da nação brasileira
Legitimação	Por <i>avaliação moral</i> a partir de sistemas de valores familiares e normativos
Representação social do grupo externo	Desgoverno, usa a jovens como massa de manobra ou militantes
Representação social do grupo interno	protetor da nação, dos valores da juventude, dos valores morais e cristãos
Modalizadores	<i>É necessário...</i> – expressa o modo de ver o mundo da deputada e implica que o ouvinte aceite o valor da “verdade” expressa para assim executá-la
Estrutura sintática	Nós (coletivo – a direita, eleitores de Bolsonaro, governamentistas)
Estratégia discursiva	<i>Polarização</i> entre governos de esquerda e o atual

As declarações de que os jovens são usados por forças revolucionárias de esquerda, têm raízes na teoria conspiratória do “marxismo cultural”, e ganhou força com o avanço da extrema direita no Brasil (Meirelles 2019).²⁴ O uso dos termos “militantes” e “massa de manobra” para indicar que os jovens brasileiros são manipulados pela esquerda é conhecido no Brasil, principalmente desde que Bolsonaro, diante dos protestos massivos de estudantes contra cortes do seu governo na educação em 2019, afirmou:

A maioria ali é militante, militante! Não têm nada na cabeça [...], não sabem nada. São uns idiotas úteis, uns imbecis, que estão sendo usados como massa de manobra de uma minoria espertalhona que compõe o núcleo de muitas universidades federais no Brasil. (Bolsonaro, Globo 2019)²⁵

24 Folha de São Paulo – Bolsonarismo importa dos EUA teoria conspiratoria do marxismo cultural. Disponível em <https://folha.com/dh7iv326>. Acesso 15/12/2020.

25 Globo (2019). Bolsonaro chama manifestantes de ‘idiotas úteis’ e ‘massa de manobra’. GLOBO NEWS. Disponível em: <http://g1.globo.com/globo-news/jornal-das-dez/videos/v/bolsonaro-chama-manifestantes-de-idiotasuteis-e-massa-de-manobra/7618813/>. Acesso 14/11/2020.

Assim, se nos governos anteriores os jovens eram manipulados ou “encarados como objetos”, agora com o novo governo, eles aprenderão a contribuir para a construção de uma nação cristã. A deputada Tonietto almeja que os/as jovens olhem para o corpo “como um templo do Espírito Santo” e que preservem a castidade até o matrimônio. Na íntegra de seu discurso, Damares Alves é apresentada como uma mulher corajosa, que faz parte de um grupo seletivo cristão, do qual a própria deputada também se inclui, e que quer resgatar os “valores da juventude”. Bolsonaro, uma vez mais, é apresentado como um homem comprometido com os valores cristãos da nação brasileira e como um verdadeiro salvador da pátria.

Considerações finais

O presente artigo mostra como as deputadas bolsonaristas da ultradireita dão uma definição essencialmente negativa ao termo gênero, que é ressignificado como “ideologia de gênero” e conectado à “sexualização de crianças”, “doutrinação”, “risco palpável à humanidade”, “colonização ideológica”, etc.

De um modo geral, os recursos de legitimação utilizados pelas deputadas são de avaliação moral a partir de sistemas de valores familiares, patriarcais e cristãos. O atual governo é apresentado como um governo legitimado pelo voto de pessoas que querem ver uma guinada conservadora na sociedade. Não poucas vezes, as deputadas usaram o pronome “nós” como todo o povo brasileiro, para referirem a um desejo coletivo de criação de uma nova nação cristã brasileira, que surge com o governo Bolsonaro.

Foram identificados os recursos linguísticos utilizados pelas deputadas bolsonaristas para fazer a representação de atores sociais como pertencentes a *in-* e *outgroups*. O *ingroup* (a direita ultraconservadora, o presidente Bolsonaro e as próprias deputadas) é aquele grupo que protege as crianças, a família e que luta pelos valores morais e cristãos da sociedade brasileira. O *outgroup* (a esquerda, as feministas, os/as “ideólogos/as de gênero”) é rotulado sempre negativamente e é apresentado como o inimigo atual da nação.

As deputadas afirmam ser a favor do “feminino” e dos direitos das mulheres, desde que esses direitos estejam conectados com o papel normativo da mulher como mãe. O feminismo e não o feminino deve ser combatido, já que é o feminismo que rejeita os valores morais da família tradicional, segundo as deputadas governamentistas. A noção de “empoderamento da mulher” recebeu o epíteto de “conceito doentio” e a igualdade de gênero foi quase completamente excluída dos discursos dessas deputadas.

No início deste artigo, afirmei que há no Congresso dezenas de projetos de lei anti-gênero e que a atividade parlamentar forma-se por discursos e por ações. A julgar pelos discursos das deputadas bolsonaristas, muitos outros projetos anti-gênero poderão ser elaborados e posteriormente aprovados. Resta então saber, quais temas relacionados ao gênero passarão a ser considerados controversos por quem mantém o poder político no Brasil atual (a direita ultra conservadora) e quais destes temas poderão virar leis desfavoráveis aos direitos já conquistados pelas mulheres no Brasil.

Referência bibliográfica

AGÊNCIA SENADO 2018. [Disponível na Internet em <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/03/06/lobby-do-batom-marco-historico-no-combate-a-discriminacoes>]. [Consulta: 10 de outubro de 2020].

- AZMINA. [Disponível na Internet em <https://azmina.com.br>]. [Consulta: 14 de dezembro de 2020].
- BAKHTIN, M. 1981. *The Dialogic Imagination: Four essays*. Em *M. Holquist, C. Emerson and M. Holquist (eds.)*. Austin: University of Texas Press.
- BIROLI, F. 2019. [Disponível na Internet em <https://www.nuso.org/>]. “A reação contra o gênero e a democracia.” *Nueva Sociedad*. [Consulta: 20 de março de 2020].
- BUTLER, J. 2004. *Undoing gender*. Nova York: Routledge.
- BUTLER, J. 2017. [Disponível na Internet em <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2017/11/1936103-judith-butler-escreve-sobre-o-fantasma-do-genero-e-o-ataque-sofrido-no-brasil.shtml>]. Judith Butler escreve sobre sua teoria de gênero e o ataque sofrido no Brasil. [Consulta: 13 de dezembro de 2020].
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. [Disponível na Internet em <http://www2.camara.leg.br/>]. [Consulta: 10 de novembro de 2020].
- CARVALHO, O. 2013. *O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota*. Recurso eletrônico. Rio de Janeiro: Record.
- CENTRO FEMINISTA DE ESTUDOS E ACESSORIA - CFEMEA. 2019. *Mulheres e resistência no Congresso Nacional*. [Disponível na Internet em <https://www.cfemea.org.br/index.php/publicacoes/4790-mulheres-e-resistencia-no-congresso-nacional-2019>]. [Consulta: 16 de novembro de 2020].
- CHILTON, P. e SCHÄFFNER, C. (Eds.). 2002. *Politics as text and talk: Analytic approaches to political discourse* (Vol. 4). Amsterdam: John Benjamins Publishing.
- CORRÊA, S. e KALIL, I. 2020. [Disponível na Internet em <https://sxpolitics.org/GPAL/uploads/Ebook-Brasil%2020200204.pdf>]. Políticas antigênero em América Latina: Brasil - ¿La catástrofe perfecta?. *SPW*. [Consulta: 15 de maio de 2020].
- DAVIS, A. 1982. *Mulher, raça e classe*. Inglaterra: The Women's Press, Ltda.
- DUARTE, C.L. 2003. Feminismo e literatura no Brasil. *Estudos avançados*, 17(49), 151-172.
- DÖRNER, A. e VOGT, L. (eds.). 1995. *Sprache des Parlaments und Semiotik der Demokratie*. Berlin: de Gruyter.
- FAIRCLOUGH, N. 1992. *Discourse and social change*. Cambridge: Polity press.
- FAIRCLOUGH, N. 1995. *Critical Discourse Analysis: The Critical Study of Language*. Harlow: Longman.
- FOLHA DE SÃO PAULO 2019. [Disponível na Internet em <https://folha.com/dh7iv326>] *Bolsonarismo importa dos EUA teoria conspiratória sobre marxismo cultural*. [Consulta: 15 de dezembro de 2020].
- FOLHA DE SÃO PAULO 2020. [Disponível na Internet em <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/02/sem-citar-preservativos-campanha-contra-gravidez-na-adolescencia-foca-em-reflexao.shtml>]. *Sem citar preservativos, campanha contra gravidez na adolescência prega reflexão*. [Consulta: 15 de dezembro de 2020].

- GARBAGNOLI, S. 2014. “L’ideologia del genere»: l’inarrestabile ascesa di un’invenzione retorica vaticana contro la denaturalizzazione dell’ordine sessuale”. *AG AboutGender, International journal of gender studies* 3(6), 250-263.
- GIMÉNEZ, G. 1981. Poder, estado y discurso. *Perspectivas sociológicas y semiológicas del discurso político-jurídico*. México: Instituto de Investigaciones Jurídicas UNAM.
- GLOBO 2019. [Disponível na Internet em <http://g1.globo.com/globo-news/jornal-das-dez/videos/v/bolsonaro-chama-manifestantes-de-idiotasuteis-e-massa-de-manobra/7618813/>]. *Bolsonaro chama manifestantes de ‘idiotas úteis’ e ‘massa de manobra’*. GLOBO NEWS. [Consulta: 14 de dezembro de 2020].
- HTUN, M. e POWER, T. J. 2006. Gender, parties, and support for equal rights in the Brazilian Congress. *Latin American Politics and Society*, v. 48, n. 4, p. 83-104.
- INOCÊNCIO, A. F. e GALETTI, C.C.H. 2020. Gênero e neoliberalismo: uma cartografia do lugar da mulher na política brasileira das novas direitas. *Revista Eletrônica Interações Sociais*, 4(1), 62-78.
- JUNQUEIRA, R. D. 2017. Ideologia de gênero: a gênese de uma categoria política reacionária – ou: como a promoção dos direitos humanos se tornou uma “ameaça à família natural”. Em P. R. C. Ribeiro e J. C. Magalhães (orgs). *Debates contemporâneos sobre Educação para a sexualidade*. pp. 25-52. Rio Grande: Ed. da FURG.
- JUNQUEIRA, R. D. 2018. A invenção da “ideologia de gênero: a emergência de um cenário político- discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. *Psicologia Política*, 18(43): 449-502.
- KALIL, I. O. 2019. Gender Ideology. Incursions in education. *Sur: Revista Internacional de Direitos Humanos*, 16(29): 115-123.
- KOLLER, V. 2005. Critical discourse analysis and social cognition: evidence from business media discourse. *Discourse & Society*, 16(2), 199-224.
- KRISTEVA, J. [1966] 1986. Word, dialogue and novel. Em T. Moi (ed.). *The Kristeva reader*. pp. 35-61. Oxford: Basil Blackwell.
- LAKOFF, G. e TURNER, M. 2009. *More than cool reason: A field guide to poetic metaphor*. Chicago: University of Chicago Press.
- LIONÇO, T.; PEIXOTO, V.B. e BACCI, I. K. 2018. Crimes de ódio e ataques morais contra feministas, LGBTs e defensores de direitos sexuais e reprodutivos. *Revista Periódica*, 1(10), 1-6.
- LOURO, G. L. 1997. *Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista*. 6ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes.
- MAGALHÃES, I. 2009. Gênero e discurso no Brasil. *Discurso & Sociedad*, 3 (4), 714-737.
- MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. e MARIANO, R. 2017. O direito ao aborto no debate legislativo brasileiro: a ofensiva conservadora na Câmara dos Deputados. *Opinião Pública*, vol. 23, n. 1: 230-260.

MINISTERIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS. [Disponível na Internet em saude.governo.br]. Prevenção da gravidez na adolescência. [Consulta: 15 de dezembro de 2014].

MOI, T. 1999. *What Is a Woman? and Other Essays*. Oxford up: Oxford.

NEGREIROS PERSSON, J. 2020. El género y sus significaciones en los discursos de los parlamentarios en la Cámara de diputados de Brasil. *Discurso y Sociedad*, 2020 14(4): 845-880.

OLIVEIRA, A. V. 2012. *A Constituição da Mulher Brasileira: Uma análise dos estereótipos de gênero na Assembleia Constituinte de 1987-1988 e suas consequências no texto constitucional*. 465f. Tese (doutorado). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Direito.

PINTANGUY, J. 2008. [Disponível na Internet em <http://www.cepia.org.br/images/nov089.pdf>]. As mulheres e a Constituição de 1988. *CEPIA. ORG*. [Consulta: 20 de novembro de 2020].

PRECIADO, B. 2011. Multidões *queer*: notas para uma política dos “anormais”. Tradução: Cleiton Zóia Münchow e Viviane Teixeira Silveira. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 19(1): 11-20, janeiroabril/2011.

RAMOS, M. S. e DOS SANTOS SANTORO, A. C. 2017. Pensamento freireano em tempos de escola sem partido. *Revista Inter Ação*, 42(1), 140-158.

REZENDE, D. L. e OGANDO, A.C. 2016. [Disponível na Internet em <http://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/6556?locale-attribute=en>] Conquistas e desafios da bancada feminina na Câmara dos Deputados brasileira (1987 - 2013). Em: 10º ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA. Belo Horizonte: Anais Eletrônicos. [Consulta: 3 de outubro de 2020].

SANCHEZ, B. R. 2017. *Teoria política feminista e representação substantiva: uma análise da bancada feminina da Câmara dos Deputados* (Tese de doutorado). Universidade de São Paulo.

SALA, J. 2012. [Disponível na Internet em <https://pt.zenit.org/articles/ideologia-de-genero-neototalitarismo-e-a-morte-da-familia/>]. Ideologia de Gênero: neototalitarismo e a morte da família. Entrevista com Jorge Scala. *Zenit*, by Thácio Siqueira, v. 31. [Consulta: 13 de novembro de 2020].

SCHREIBER, R. 2012. *Righting feminism: conservative women and American politics, with a new epilogue*. New York: Oxford University Press.

SCOTT, J.W. 1986. Gender: A Useful Category of Historical Analysis. *The American Historical Review* vol. 91, 5: 1053-1075.

SILVA, S. 2008. [Disponível na Internet em http://www.urca.br/ered2008/CDAnais/pdf/SD3_files/Salete_Maria_SILVA_2.pdf] O legado político-jurídico do lobby do batom vinte anos depois: a participação das mulheres na elaboração da Constituição Federal. XXI Encontro Regional de Estudantes de Direito. [Consulta: 10 de setembro de 2020].

TWITTER CHRIS TONIETTO 2020. [Disponível na Internet em <https://twitter.com/ToniettoChris/status/1270874136563404802>]. [Consulta: 10 de novembro de 2020].

- UNIVERSA 2019. [Disponível na Internet em <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2019/07/25/politicas-de-direita-criam-imagem-de-bolsonaro-protetor-diz-pesquisadora.htm>]. Políticas de direita criam “Bolsonaro protetor de mulheres”. [Consulta: 10 de dezembro de 2020].
- VAN DER VALK, I. 2003. Right-wing parliamentary discourse on immigration in France. *Discourse & Society*, 14, 3: 309-348.
- VAN LEEUWEN, T. 1996. The representation of social actors. *Texts and practices: Readings in critical discourse analysis*, 1: 32-70.
- VAN LEEUWEN, T. 2008. *Discourse and Practice: New Tools for Critical Discourse Analysis. The Discursive construction of legitimation*. Oxford: Oxford University Press.
- VAN DIJK, T.A. 1993. Elite discourse and racism. *Newbury Park, CA: Sage Publications, Inc.*
- VAN DIJK, T.A. 1995. *Discourse analysis as ideology analysis*. Language and peace, 10(47): 142.
- VAN DIJK, T.A. 1997. What is political discourse analysis. *Belgian journal of linguistics*, 11(1): 11-52.
- VAN DIJK, T.A. 1998. Towards a Theory of Context and Experience Models in Discourse Processing. pp. 109-133. Em H. van Oostendorp e S. Goldman (Eds.). *The construction of mental models during reading*. Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- VAN DIJK, T.A. 1999. *Ideología: una aproximación multidisciplinaria*. Barcelona: Editorial Gedisa.
- VAN DIJK, T.A. 2000. Parliamentary debates. Racism at the top. Em T. van Dijk. *Parliamentary discourses on ethnic issues in six European states*, 45-78. Klagenfurt: Drava Verlag.
- VAN DIJK, T.A. 2001. *Critical Discourse Analysis: Handbook of Discourse Analysis*. Malden, Mass: Blackwell Publishers Ltda.
- VAN DIJK, T.A. 2009. *Society and discourse: How social contexts influence text and talk*. Cambridge New York: Cambridge University Press.
- VAN EEMEREN, F.H. e GROOTENDORST, R. 1987. Fallacies in pragma-dialectical perspective. *Argumentation*, 1(3): 283-301.
- WODAK, R. (ed.). 1989. *Language, power and ideology: Studies in political discourse* (Vol. 7). Amsterdam: John Benjamins Publishing Company.
- WODAK, R. 2001. What CDA is about—a summary of its history, important concepts and its developments. *Methods of critical discourse analysis*, 1: 1-13.
- WODAK, R. 2019. The trajectory of far-right populism—A discourse-analytical perspective. Em B. Forchtner. (Ed.). *The far right and the environment: Politics, discourse and communication*, pp. 19-37. Routledge.
- ZIMBERG, G. 2018. [Disponível na Internet em <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/21892>]. O antifeminismo: mapeamento dos discursos antagonistas do movimento feminista na internet. (Dissertação de mestrado). PUC- São Paulo. [Consulta: 10 de agosto de 2020].

JANAÍNA NEGREIROS PERSSON é doutora em Linguística Hispânica. Atualmente, é pesquisadora no Instituto Nórdico de Estudos Latino-Americanos, na Universidade de Estocolmo. Seus interesses incluem discurso político na América Latina, estudos de gênero, análise crítica do discurso e representação de atores sociais. Este artigo apresenta os resultados de um projeto interdisciplinar em andamento sobre gênero, financiado pelo Conselho Sueco de Pesquisa. O objetivo principal do projeto é acompanhar como o conceito de gênero flui por diferentes arenas da sociedade brasileira, mobilizando atores sociais para diversas formas de ação coletiva.

E-mail: janaina.negreiros.persson@su.se